



PEDIDO DE COMPRA: 000263 / 2026

EMIÇÃO: 12/02/2026

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEMAG

Objetivo: LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO à prestação de serviços profissionais parcelados para manutenção e instalação de ar condicionado.

Justificativa: O presente registro de preços é necessário para assegurar aos diversos setores da Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga/RS a manutenção de ambientes de trabalho adequadamente climatizados, proporcionando conforto térmico e qualidade do ar. Tal medida contribui diretamente para o bem-estar e a saúde dos servidores, bem como para a adequada recepção e permanência dos usuários dos serviços públicos, garantindo condições apropriadas para a continuidade e eficiência das atividades administrativas.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais, de forma parcelada, destinados à manutenção preventiva e corretiva, limpeza e higienização técnica, instalação, desinstalação, recarga de gás e análise técnica de climatizadores, conforme as especificações técnicas estabelecidas neste instrumento.

Os serviços abrangem aparelhos de ar-condicionado do tipo split, convencionais e inverter, com capacidades de 9.000, 12.000, 18.000, 22.000 e 24.000 BTUs, instalados nos prédios públicos do Município, conforme a necessidade das Secretarias Requisitantes.

Os serviços possuem natureza comum de engenharia, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, considerando que a demanda pelos serviços ocorre de forma contínua ao longo do exercício, porém em quantidades variáveis e imprevisíveis, possibilitando à Administração a contratação conforme a efetiva necessidade, assegurando flexibilidade operacional, eficiência administrativa, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

1.1. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO:

- A instalação dos aparelhos deverá incluir suporte externo e tubulação em cobre;
- Para modelos convencionais, estão inclusos até 1 (um) metro de tubulação;
- Para modelos inverter, estão inclusos até 02 (dois) metros de tubulação;
- Após a conclusão dos serviços, deverá ser realizado teste de funcionamento do equipamento, compreendendo acionamento, verificação de desempenho e conferência da eficiência do serviço executado.

1.2. ITENS DA CONTRATAÇÃO:

ITEM 01 a 05 – Serviço de limpeza e higienização de aparelhos de ar-condicionado

O serviço de limpeza e higienização dos aparelhos de ar-condicionado deverá ser executado de forma completa, técnica e aprofundada, não se restringindo à limpeza superficial dos filtros, devendo abranger a lavagem interna do equipamento e a higienização de seus componentes, com a finalidade de garantir a qualidade do ar, o bom funcionamento do aparelho e a saúde dos usuários.

O serviço deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- Desmontagem parcial do equipamento, quando necessária, para acesso adequado aos componentes internos;
- Lavagem interna do aparelho, incluindo evaporadora e demais componentes acessíveis, com utilização de produtos próprios e adequados para sistemas de climatização;
- Aplicação de desinfetantes específicos, com ação bactericida, fungicida e eliminadora de microrganismos, próprios para uso em aparelhos de ar-condicionado;
- Limpeza e lavagem completa dos filtros de ar;
- Limpeza das superfícies externas e internas expostas do equipamento;
- Higienização do sistema, visando à remoção de poeira, fungos, bactérias, odores e demais agentes contaminantes;
- Aplicação de produto odorizador apropriado, próprio para sistemas de climatização, com o objetivo de eliminar odores residuais e proporcionar melhor qualidade do ar;



- Reinstalação correta dos componentes removidos;
- Teste final de funcionamento do equipamento, com verificação do desempenho, do fluxo de ar e da eficiência do serviço executado.

Os produtos utilizados deverão ser específicos para limpeza e higienização de aparelhos de ar-condicionado, não corrosivos, compatíveis com os materiais dos equipamentos e em conformidade com as recomendações dos fabricantes, sendo vedada a utilização de produtos inadequados que possam comprometer o funcionamento, a durabilidade ou a segurança dos aparelhos.

ITEM 06 a 10 – Serviço de desinstalação e instalação de aparelhos de ar-condicionado

- Capacidades: 9.000, 12.000, 18.000, 22.000 e 24.000 BTUs, observadas as regras gerais de instalação.

ITEM 11 a 15 – Serviço de recarga de gás em aparelhos de ar-condicionado

O serviço de recarga de gás deverá ser executado de forma técnica e completa, não se limitando à simples reposição do fluido refrigerante, devendo assegurar o correto funcionamento do sistema e a segurança operacional do equipamento.

O serviço deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

- Avaliação prévia do funcionamento do aparelho;
 - Verificação do tipo de gás refrigerante utilizado no equipamento, conforme especificação do fabricante;
 - Medição da pressão do sistema e análise do nível de gás existente;
 - Inspeção detalhada para identificação de possíveis vazamentos, incluindo conexões, válvulas, tubulações e componentes do sistema;
 - Correção de vazamentos simples, quando possível, ou indicação técnica da necessidade de reparos adicionais;
 - Reposição do gás refrigerante em quantidade adequada, observando rigorosamente os parâmetros técnicos do fabricante;
 - Verificação final da pressão e do desempenho do sistema após a recarga;
 - Teste de funcionamento do equipamento, assegurando a eficiência da refrigeração e a estabilidade do sistema.
- É vedada a realização de recarga de gás sem prévia verificação de vazamentos, bem como a utilização de gás incompatível com o equipamento.

ITEM 16 – Serviço de análise técnica para manutenção preventiva

O serviço de análise técnica para manutenção preventiva deverá ter caráter diagnóstico e preventivo, com o objetivo de identificar falhas, desgastes, irregularidades de funcionamento e riscos de comprometimento do desempenho do equipamento.

O serviço deverá contemplar, no mínimo:

- Avaliação geral do funcionamento do aparelho;
- Análise do desempenho térmico e do fluxo de ar;
- Inspeção visual e técnica dos componentes internos e externos;
- Verificação do estado dos filtros, serpentinas, ventiladores, drenos e conexões elétricas;
- Verificação do sistema elétrico e dos comandos do equipamento;
- Identificação de ruídos anormais, vibrações ou falhas operacionais;
- Avaliação do estado do fluido refrigerante, quando aplicável;

Emissão de laudo técnico, contendo: diagnóstico do estado do equipamento; descrição das falhas identificadas; indicação das peças a serem substituídas, quando necessário; recomendação dos serviços corretivos ou preventivos a serem realizados.

O laudo técnico deverá ser claro, objetivo e suficiente para subsidiar a decisão da Administração quanto à necessidade de execução de serviços adicionais.

ITEM 17 - Instalação de ar condicionado de 9 a 12 mil BTU'S

- Prestação de serviço de instalação de climatizador de 9 a 12 mil BTU'S, incluindo materias como suporte, cano de cobre, conexões, fita PVC, material elétrico, acabamento se necessário e teste liga e desliga após ser instalado, entre outros. Sendo fornecido o SPLIT pelo erário público.

ITEM 18 - Instalação de ar condicionado de 18 a 24 mil BTU'S

- Prestação de serviço de instalação de climatizador de 18 a 24 mil BTU'S, incluindo materias como suporte, cano de cobre, conexões, fita PVC, material elétrico, acabamento se necessário, teste liga e desliga após ser instalado, entre outros. Sendo fornecido o SPLIT pelo erário público.

QUANTITATIVOS ESTIMADOS

As quantidades mínimas e máximas estimadas para cada item constam na planilha específica que integra este Termo de Referência, sendo estabelecidas com base no histórico de consumo e na previsão de demanda das Secretarias Requisitantes, não constituindo obrigação de contratação da totalidade dos quantitativos registrados.



CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Conforme disposição Decreto Municipal n.º 6.872/2022, o prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado o quantitativo originalmente registrado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

- * manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto n.º 6.871, de 27 de dezembro de 2022;
- * haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- * estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);
- * a prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência.

O contrato que decorrer da Ata observará as disposições contidas nos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os serviços possuem natureza de serviços não continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço**, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para prestação do serviço pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos necessários a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação de Contratação e seus quantitativos encontra-se detalhado no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR anexo a esse TERMO DE REFERÊNCIA.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender à necessidade administrativa identificada consiste na realização de procedimento licitatório, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando à prestação de serviços profissionais parcelados para manutenção e instalação de ar condicionado instalados nos prédios públicos municipais, conforme especificações detalhadas neste Estudo Técnico Preliminar e no futuro Termo de Referência.

A opção pelo Sistema de Registro de Preços decorre da natureza recorrente e variável da demanda, uma vez que os serviços de climatização são necessários ao longo de todo o exercício, porém em quantidades imprevisíveis, variando conforme o estado de conservação dos equipamentos, intensidade de uso, condições ambientais e necessidade de adequações técnicas pontuais. O modelo permite contratações sob demanda, assegurando flexibilidade operacional, melhor planejamento orçamentário e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

A solução contempla, de forma integrada e padronizada, os seguintes serviços:

a) limpeza e higienização técnica aprofundada dos equipamentos, incluindo lavagem interna com produtos específicos e desinfecção adequada: o serviço de limpeza e higienização dos aparelhos de ar-condicionado deverá ser executado de forma completa, técnica e aprofundada, não se restringindo à limpeza superficial dos filtros, devendo abranger a lavagem interna do equipamento e a higienização de seus componentes, com a finalidade de garantir a qualidade do ar, o bom funcionamento do aparelho e a saúde dos usuários. O serviço deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades: desmontagem parcial do equipamento, quando necessária, para acesso adequado aos componentes internos; lavagem interna do aparelho, incluindo evaporadora e demais componentes acessíveis, com utilização de produtos próprios e adequados para sistemas de climatização; aplicação de desinfetantes específicos, com ação bactericida, fungicida e eliminadora de microrganismos, próprios para uso em aparelhos de ar-condicionado; limpeza e lavagem completa dos filtros de ar; limpeza das superfícies externas e internas expostas do equipamento; higienização do sistema, visando à remoção de poeira, fungos, bactérias, odores e demais agentes contaminantes; aplicação de produto odorizador apropriado, próprio para sistemas de climatização, com o objetivo de eliminar odores residuais e proporcionar melhor qualidade do ar; reinstalação correta dos componentes removidos; teste final de funcionamento do equipamento, com verificação do desempenho, do fluxo de ar e da eficiência do serviço executado.

Os produtos utilizados deverão ser específicos para limpeza e higienização de aparelhos de ar-condicionado, não corrosivos,



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/05/2026

Hora: 13:57:39

compatíveis com os materiais dos equipamentos e em conformidade com as recomendações dos fabricantes, sendo vedada a utilização de produtos inadequados que possam comprometer o funcionamento, a durabilidade ou a segurança dos aparelhos.

b) instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado nas capacidades previstas, observadas as regras técnicas de tubulação, suporte e testes de funcionamento: aparelhos de capacidades de 9.000, 12.000, 18.000, 22.000 e 24.000 BTUs, observadas as regras gerais de instalação.

c) recarga de gás refrigerante, precedida obrigatoriamente de verificação técnica e inspeção de vazamentos: o serviço de recarga de gás deverá ser executado de forma técnica e completa, não se limitando à simples reposição do fluido refrigerante, devendo assegurar o correto funcionamento do sistema e a segurança operacional do equipamento. O serviço deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas: Avaliação prévia do funcionamento do aparelho; Verificação do tipo de gás refrigerante utilizado no equipamento, conforme especificação do fabricante; Medição da pressão do sistema e análise do nível de gás existente; Inspeção detalhada para identificação de possíveis vazamentos, incluindo conexões, válvulas, tubulações e componentes do sistema; Correção de vazamentos simples, quando possível, ou indicação técnica da necessidade de reparos adicionais; Reposição do gás refrigerante em quantidade adequada, observando rigorosamente os parâmetros técnicos do fabricante; Verificação final da pressão e do desempenho do sistema após a recarga; Teste de funcionamento do equipamento, assegurando a eficiência da refrigeração e a estabilidade do sistema.

É vedada a realização de recarga de gás sem prévia verificação de vazamentos, bem como a utilização de gás incompatível com o equipamento.

d) análise técnica preventiva, com emissão de laudo técnico circunstanciado: o serviço de análise técnica para manutenção preventiva deverá ter caráter diagnóstico e preventivo, com o objetivo de identificar falhas, desgastes, irregularidades de funcionamento e riscos de comprometimento do desempenho do equipamento. O serviço deverá contemplar, no mínimo: Avaliação geral do funcionamento do aparelho; Análise do desempenho térmico e do fluxo de ar; Inspeção visual e técnica dos componentes internos e externos; Verificação do estado dos filtros, serpentinas, ventiladores, drenos e conexões elétricas; Verificação do sistema elétrico e dos comandos do equipamento; Identificação de ruídos anormais, vibrações ou falhas operacionais; Avaliação do estado do fluido refrigerante, quando aplicável; Emissão de laudo técnico, contendo: diagnóstico do estado do equipamento; descrição das falhas identificadas; indicação das peças a serem substituídas, quando necessário; recomendação dos serviços corretivos ou preventivos a serem realizados. O laudo técnico deverá ser claro, objetivo e suficiente para subsidiar a decisão da Administração quanto à necessidade de execução de serviços adicionais.

A adoção dessa solução decorre da análise técnica e econômica realizada, que demonstrou que grande parte dos equipamentos encontra-se em condições adequadas de uso, demandando predominantemente manutenção preventiva, higienização e serviços técnicos especializados para preservação do desempenho e prolongamento da vida útil.

Sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a solução assegura:

- a) continuidade do serviço público;
- b) preservação do patrimônio já existente;
- c) melhoria da qualidade do ar e das condições de trabalho;
- d) redução de custos com substituições prematuras de equipamentos.

Importante destacar que a presente contratação possui caráter preventivo e técnico-diagnóstico, limitando-se aos serviços descritos. Eventual necessidade de manutenção corretiva decorrente das análises técnicas realizadas poderá ensejar procedimento próprio, conforme demanda apurada e observância da legislação aplicável.

A solução proposta encontra-se em conformidade com os objetivos do planejamento da contratação pública previstos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, configurando-se como a alternativa mais adequada, segura e vantajosa para o atendimento da necessidade administrativa identificada.

Ressalta-se que a execução dos serviços técnicos será realizada sob responsabilidade técnica formal, com exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), assegurando conformidade com as normas técnicas, de segurança e boas práticas do setor, bem como a rastreabilidade e a qualidade dos serviços prestados.

Do ponto de vista econômico, a solução mostra-se vantajosa ao permitir que os investimentos em manutenção e reparos se diluam ao longo do tempo, evitando despesas elevadas com substituições prematuras de equipamentos e reduzindo custos futuros decorrentes de falhas não tratadas preventivamente. O Registro de Preços também elimina riscos associados à dependência de um único prestador, atrasos excessivos ou indisponibilidade de atendimento em períodos críticos.

Por fim, a solução proposta está em plena conformidade com os objetivos do planejamento da contratação pública previstos no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público, configurando-se como a alternativa mais adequada, segura



e vantajosa para o atendimento da necessidade administrativa identificada.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E NECESSIDADE DE PROXIMIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa a ser contratada deverá dispor de estrutura de assistência técnica apta à prestação dos serviços de manutenção preventiva, limpeza técnica, instalação, desinstalação, recarga de gás e análise técnica de aparelhos de ar-condicionado, incluindo o fornecimento de materiais, peças e insumos necessários à adequada execução dos serviços, de forma a garantir atendimento em prazos compatíveis com a necessidade do Município.

Considerando que os sistemas de climatização são utilizados de forma contínua e essencial nos prédios públicos municipais, sua indisponibilidade impacta diretamente o bem-estar dos servidores e usuários, a qualidade do atendimento ao público, a saúde ocupacional e o funcionamento adequado de equipamentos eletrônicos e de tecnologia da informação, torna-se imprescindível que os serviços de assistência técnica sejam prestados com rapidez, eficiência e previsibilidade.

A execução de serviços de manutenção e assistência técnica por empresas localizadas a grandes distâncias poderia acarretar atrasos no atendimento, aumento excessivo do tempo de deslocamento das equipes técnicas, dificuldades na fiscalização contratual e prolongada indisponibilidade dos ambientes climatizados, comprometendo a continuidade dos serviços públicos e gerando prejuízos operacionais à Administração.

Dessa forma, com fundamento no art. 47, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, entende-se tecnicamente justificada a exigência de que a empresa contratada possua sede, filial, base operacional ou estrutura de assistência técnica localizada no Município de São Luiz Gonzaga/RS ou em perímetro máximo de 250 km da sede do Município.

A definição do limite de 250 km foi estabelecida com base em critérios técnicos, operacionais e logísticos, considerando:

- a) o tempo médio de deslocamento das equipes técnicas até os locais de atendimento;
- b) a necessidade de resposta rápida em casos de falha total ou parcial dos sistemas de climatização;
- c) a redução de custos indiretos associados a longos deslocamentos;
- d) a viabilidade de fiscalização efetiva da execução contratual;
- e) a manutenção da continuidade do serviço público.

Ressalta-se que o critério adotado não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária, proporcional e adequada à natureza do objeto, garantindo atendimento eficiente sem comprometer o universo de potenciais concorrentes.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE FORNECEDORES REGIONAIS

Como subsídio à análise de mercado, e sem caráter exaustivo ou restritivo, identificou-se, por meio de consultas a sistemas oficiais de compras públicas, a existência de empresas especializadas na prestação de serviços de climatização localizadas na região, aptas a atender às exigências técnicas da contratação, tais como:

- Diego Rafael da Silva Klimek – CNPJ nº 26.049.669/0001-61 | Localização: São Miguel das Missões/RS – Distância aproximada: 55,6 km;

- E. M Climatizadores, Rua Santo Ângelo, 514 - Dytz, Santo Ângelo - RS – Distância aproximada: 85 km;

- Casa do Clima, Rua Carlos Pudwell, 52 , Bairro Jardim - Ijuí - RS – Distância aproximada: 110 km;

- R W & G SISTEMAS DE AR CONDICIONADO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.726.137/0001-20, na Rua Jose Wickert, Bairro Getúlio Vargas, Ijuí/RS

- Odd Soluções em Refrigeração e Energia Solar Ltda – CNPJ nº 30.745.273/0001-26 | Localização: Rua Santa Catarina, nº 498, Centro, Santa Rosa/RS – Distância aproximada: 112 km;

- Box 82 Energia Ltda – CNPJ nº 07.120.204/0001-05 | Localização: Rua Otto Gerhardt, nº 320, Horizontina/RS – Distância aproximada: 156 km.

- Clima Sul, Rua Ernani Carvalho de Souza 400, Santa Maria, RS, 97032-170- Distância aproximada: 180 km.

- EletroSystems Climatização e Energia Solar, Av. Presidente Vargas, 671 - B. Lucas Araújo, CEP 99070-000 - Passo Fundo - RS – Distância aproximada: 250 km.

A identificação dessas empresas demonstra que há mercado regional suficiente para atendimento da demanda, reforçando que a limitação geográfica proposta não reduz indevidamente a competitividade do certame, mas assegura condições adequadas para o atendimento das necessidades do Município.

JUSTIFICATIVA FINAL DA PROXIMIDADE GEOGRÁFICA



- a) Considerando que a licitação não impõe restrição territorial arbitrária, mas estabelece requisito técnico compatível com a natureza do serviço;
- b) Considerando que os serviços de climatização demandam atendimento rápido e recorrente;
- c) Considerando que a paralisação prolongada dos sistemas de ar-condicionado compromete a continuidade dos serviços públicos essenciais;
- d) Considerando que a exigência de proximidade visa garantir eficiência, economicidade, segurança técnica e interesse público, em consonância com os princípios do art. 11 da Lei nº 14.133/2021;

Conclui-se que a exigência de assistência técnica localizada em perímetro máximo de 250 km é tecnicamente justificada, juridicamente amparada e compatível com o mercado, configurando medida necessária para assegurar a adequada execução da contratação e a continuidade da prestação dos serviços públicos no Município de São Luiz Gonzaga/RS.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como serviços comuns de engenharia, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, nos termos do art. 6º, inciso XIII, a, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, normas de segurança, boas práticas do setor e demais requisitos definidos neste instrumento, sendo vedada a utilização de materiais inadequados ou em desacordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

1. PECULIARIDADES DO OBJETO

1.1. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO:

- A instalação dos aparelhos deverá incluir suporte externo e tubulação em cobre;
- Para modelos convencionais, estão inclusos até 1 (um) metro de tubulação;
- Para modelos inverter, estão inclusos até 02 (dois) metros de tubulação;
- Após a conclusão dos serviços, deverá ser realizado teste de funcionamento do equipamento, compreendendo acionamento, verificação de desempenho e conferência da eficiência do serviço executado.

1.2. ITENS DA CONTRATAÇÃO:

ITEM 01 a 05 – Serviço de limpeza e higienização de aparelhos de ar-condicionado

O serviço de limpeza e higienização dos aparelhos de ar-condicionado deverá ser executado de forma completa, técnica e aprofundada, não se restringindo à limpeza superficial dos filtros, devendo abranger a lavagem interna do equipamento e a higienização de seus componentes, com a finalidade de garantir a qualidade do ar, o bom funcionamento do aparelho e a saúde dos usuários.

O serviço deverá contemplar, no mínimo, as seguintes atividades:

- Desmontagem parcial do equipamento, quando necessária, para acesso adequado aos componentes internos;
- Lavagem interna do aparelho, incluindo evaporadora e demais componentes acessíveis, com utilização de produtos próprios e adequados para sistemas de climatização;
- Aplicação de desinfetantes específicos, com ação bactericida, fungicida e eliminadora de microrganismos, próprios para uso em aparelhos de ar-condicionado;
- Limpeza e lavagem completa dos filtros de ar;
- Limpeza das superfícies externas e internas expostas do equipamento;
- Higienização do sistema, visando à remoção de poeira, fungos, bactérias, odores e demais agentes contaminantes;
- Aplicação de produto odorizador apropriado, próprio para sistemas de climatização, com o objetivo de eliminar odores residuais e proporcionar melhor qualidade do ar;
- Reinstalação correta dos componentes removidos;
- Teste final de funcionamento do equipamento, com verificação do desempenho, do fluxo de ar e da eficiência do serviço executado.

Os produtos utilizados deverão ser específicos para limpeza e higienização de aparelhos de ar-condicionado, não corrosivos, compatíveis com os materiais dos equipamentos e em conformidade com as recomendações dos fabricantes, sendo vedada a utilização de produtos inadequados que possam comprometer o funcionamento, a durabilidade ou a segurança dos aparelhos.

ITEM 06 a 10 – Serviço de desinstalação e instalação de aparelhos de ar-condicionado

- Capacidades: 9.000, 12.000, 18.000, 22.000 e 24.000 BTUs, observadas as regras gerais de instalação.

ITEM 11 a 15 – Serviço de recarga de gás em aparelhos de ar-condicionado

O serviço de recarga de gás deverá ser executado de forma técnica e completa, não se limitando à simples reposição do fluido refrigerante, devendo assegurar o correto funcionamento do sistema e a segurança operacional do equipamento.



O serviço deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

- Avaliação prévia do funcionamento do aparelho;
 - Verificação do tipo de gás refrigerante utilizado no equipamento, conforme especificação do fabricante;
 - Medição da pressão do sistema e análise do nível de gás existente;
 - Inspeção detalhada para identificação de possíveis vazamentos, incluindo conexões, válvulas, tubulações e componentes do sistema;
 - Correção de vazamentos simples, quando possível, ou indicação técnica da necessidade de reparos adicionais;
 - Reposição do gás refrigerante em quantidade adequada, observando rigorosamente os parâmetros técnicos do fabricante;
 - Verificação final da pressão e do desempenho do sistema após a recarga;
 - Teste de funcionamento do equipamento, assegurando a eficiência da refrigeração e a estabilidade do sistema.
- É vedada a realização de recarga de gás sem prévia verificação de vazamentos, bem como a utilização de gás incompatível com o equipamento.

ITEM 16 – Serviço de análise técnica para manutenção preventiva

O serviço de análise técnica para manutenção preventiva deverá ter caráter diagnóstico e preventivo, com o objetivo de identificar falhas, desgastes, irregularidades de funcionamento e riscos de comprometimento do desempenho do equipamento.

O serviço deverá contemplar, no mínimo:

- Avaliação geral do funcionamento do aparelho;
- Análise do desempenho térmico e do fluxo de ar;
- Inspeção visual e técnica dos componentes internos e externos;
- Verificação do estado dos filtros, serpentinas, ventiladores, drenos e conexões elétricas;
- Verificação do sistema elétrico e dos comandos do equipamento;
- Identificação de ruídos anormais, vibrações ou falhas operacionais;
- Avaliação do estado do fluido refrigerante, quando aplicável;

Emissão de laudo técnico, contendo: diagnóstico do estado do equipamento; descrição das falhas identificadas; indicação das peças a serem substituídas, quando necessário; recomendação dos serviços corretivos ou preventivos a serem realizados.

O laudo técnico deverá ser claro, objetivo e suficiente para subsidiar a decisão da Administração quanto à necessidade de execução de serviços adicionais.

ITEM 17 - Instalação de ar condicionado de 9 a 12 mil BTU'S

- Prestação de serviço de instalação de climatizador de 9 a 12 mil BTU'S, incluindo materiais como suporte, cano de cobre, conexões, fita PVC, material elétrico, acabamento se necessário e teste liga e desliga após ser instalado, entre outros. Sendo fornecido o SPLIT pelo erário público.

ITEM 18 - Instalação de ar condicionado de 18 a 24 mil BTU'S

- Prestação de serviço de instalação de climatizador de 18 a 24 mil BTU'S, incluindo materiais como suporte, cano de cobre, conexões, fita PVC, material elétrico, acabamento se necessário, teste liga e desliga após ser instalado, entre outros. Sendo fornecido o SPLIT pelo erário público.

2. PRAZO, FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO:

2.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados sob demanda, conforme a necessidade das Secretarias Requisitantes, mediante emissão de Ordem de Serviço, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da respectiva ordem de início, nos locais indicados pela Administração, compreendendo os prédios públicos municipais.

2.2. A execução dos serviços deverá ocorrer sem custos adicionais de deslocamento para o Município, sendo de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos logísticos necessários à adequada prestação dos serviços.

2.3. O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada quanto a vícios ocultos, assim considerados aqueles que somente se manifestarem após a normal utilização dos serviços executados.

2.4. A contratada deverá observar rigorosamente todas as disposições legais, técnicas e normativas aplicáveis à execução dos serviços.

2.5. O objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante verificação do cumprimento das exigências técnicas;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais.

Conforme disposição Decreto Municipal n.º 6.872/2022. O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado o quantitativo originalmente registrado, por igual período, desde que sejam comprovados os seguintes requisitos:

* manutenção do preço vantajoso, mediante reajustamento de preços por índices de correção monetária, gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos, que deverá ser comparado com pesquisa de preços na forma do Decreto n.º 6.871, de 27 de dezembro de 2022;



* haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;

* estar previsto na fase do planejamento da contratação (Estudo Técnico Preliminar);

* a prorrogação deverá ser celebrada por termo aditivo da ata de registro de preços dentro do prazo de sua vigência.

3. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA, LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART):

3.1. Considerando que os serviços objeto desta contratação consistem na manutenção preventiva, limpeza técnica, instalação, desinstalação, recarga de gás e análise técnica de aparelhos de ar-condicionado, executados in loco, de forma recorrente e sob demanda, e que envolvem intervenções em sistemas elétricos, mecânicos e de climatização, faz-se necessária a adoção de requisitos que assegurem a segurança técnica, a qualidade da execução, a eficiência operacional e a redução de riscos à Administração.

3.2. A indisponibilidade dos sistemas de climatização impacta diretamente o bem-estar dos servidores, o atendimento ao público e o funcionamento adequado de equipamentos eletrônicos e de tecnologia da informação, tornando imprescindível que os atendimentos técnicos ocorram dentro de prazos compatíveis com a continuidade dos serviços públicos.

3.3. A contratação de empresas situadas a grandes distâncias do Município pode ocasionar atrasos significativos no atendimento, aumento do tempo de deslocamento das equipes técnicas, dificuldades na fiscalização da execução contratual e prolongada indisponibilidade dos ambientes climatizados, fatores que comprometem a eficiência administrativa e a economicidade da contratação.

3.4. Dessa forma, com fundamento no art. 47, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração estabelece que a empresa contratada deverá possuir sede, filial, base operacional ou estrutura de assistência técnica localizada no Município de São Luiz Gonzaga/RS ou em perímetro máximo de 250 km, distância considerada compatível com as necessidades do Município.

3.5. O limite territorial de 250 km foi definido considerando o tempo médio de deslocamento, a malha viária regional e a necessidade de garantir que as equipes técnicas consigam atender às Ordens de Serviço dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos, à fiscalização contratual e à eficiência da execução.

3.6. A exigência de limitação geográfica não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária, proporcional e tecnicamente justificada, indispensável para assegurar a qualidade dos serviços, a economicidade, a redução de riscos operacionais e o interesse público, em conformidade com o disposto no art. 47, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

3.7. Em razão da natureza técnica dos serviços, a execução deverá ocorrer sob responsabilidade técnica formal, devendo a contratada apresentar, previamente à execução dos serviços, a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada no conselho profissional competente, vinculada aos serviços a serem executados.

3.8. A ART deverá permanecer válida durante toda a execução dos serviços, sendo obrigatória sua apresentação sempre que houver serviços de instalação, desinstalação ou intervenções técnicas que assim o exijam, conforme determinação do fiscal do contrato.

4. PAGAMENTO:

4.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal-fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devidamente acompanhada do atestado de recebimento emitido e assinado pelo fiscal do contrato.

4.2. O documento fiscal deverá ser emitido pelo estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

4.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

São obrigações do CONTRATANTE:

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o edital, contrato e seus anexos;

5.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

5.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada.

5.4. Determinar as providências necessárias quando os serviços não forem executados conforme as condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.5. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme as condições pactuadas.

5.6. Manifestar-se sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, ou protelatórios, ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações da CONTRATADA:

6.1. Executar os serviços conforme as especificações, quantidades e prazos estabelecidos no edital, contrato e proposta apresentada.

6.2. Assumir integral responsabilidade pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços, nos termos do Código de Defesa do



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/05/2026

Hora: 13:57:39

Consumidor (Lei Nº 8.078/1990);

6.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.5. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

6.6. Atender às determinações do gestor ou fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei N.º 14.133, de 2021) e prestar todas as informações solicitadas;

6.7. Manter durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.8. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

6.9. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

6.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.11. Executar os serviços por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

7. SANÇÕES:

7.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) dar causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do contrato;

XII) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Poderão ser aplicadas, conforme o caso, ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I) advertência;

II) multa;

III) impedimento de licitar e contratar;

IV) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8. EXTINÇÃO:

8.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo inicialmente estipulado.

8.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme o art. 131, caput, da Lei N.º 14.133, de 2021.

8.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na dispensa ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme o Art. 14, Inciso IV, da Lei N.º 14.133, de 2021.

9. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. A contratação destes serviços será realizada por meio de licitação, na modalidade Registro de Preços, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme Decreto 11.462/2023.



9.2. A Ata de Registro de Preços resultante deste processo terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por igual período de tempo. O contrato que vier a decorrer desta Ata possuirá vigência de acordo aos Arts.105 a 114 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

10. HABILITAÇÃO:

Para a prestação dos serviços ora pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021:

10.1. Documentos Relativos à Habilitação jurídica:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
- d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2. Documentos Relativos à Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- e) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (realizada diretamente no sistema quando do lançamento da proposta).

10.3. Documentos Relativos à Habilitação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

10.4. Documentos Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Certidão de registro da empresa e de todos os profissionais integrantes de seu quadro técnico no Conselho Competente, com prazo de validade em vigor;
- b) Atestado(s) de capacitação técnica operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços similares compatíveis com o objeto;
- c) Comprovação de que os profissionais responsáveis pela execução dos serviços possuem capacitação nas Normas Regulamentares NR-10 (trata da segurança em instalações elétricas) e NR-35 (trata sobre o trabalho em altura), quando aplicável.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Após a homologação do certame e a assinatura da Ata de Registro de Preços, os serviços objeto da presente contratação serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço, acompanhada da correspondente Nota de Empenho, pelas Secretarias Requisitantes.

Os serviços contratados serão prestados de acordo com as quantidades efetivamente necessárias, conforme as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, observadas as condições, prazos e locais definidos pela Administração.

A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, devendo a contratada iniciar e concluir os trabalhos nos locais indicados pela Administração, compreendendo os prédios públicos municipais.

A execução dos serviços deverá ocorrer sem quaisquer custos adicionais de deslocamento para o Município, sendo de inteira responsabilidade da contratada todos os encargos, despesas operacionais, materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto.

Concluídos os serviços, deverá ser realizado teste de funcionamento dos equipamentos, com verificação do desempenho, da



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/05/2026

Hora: 13:57:39

eficiência operacional e da conformidade com as especificações técnicas, ficando a contratada responsável por sanar eventuais irregularidades constatadas.

O recebimento do objeto dar-se-á:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante verificação do cumprimento das exigências técnicas e contratuais;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

O recebimento dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada quanto a vícios ocultos, assim considerados aqueles que venham a se manifestar após a normal utilização dos serviços executados, permanecendo a contratada obrigada à sua correção, sem ônus adicional para a Administração, nos termos da legislação aplicável.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 6.910/2023, que “Regulamenta as funções dos Agentes de Contratação, das Equipes de Apoio e da Comissão de Contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e da Lei Nº 6.544, de 19 de janeiro de 2023”.

O Gestor do contrato da **SEMAG** será o Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural Lauro Weber - matrícula nº 6057. Os Fiscais do contrato serão os servidores Rene Domeraski - matrícula nº 6418 (Fiscal Titular) e Kamily Sthefâni Cardoso Correa - matrícula nº 6156 (Fiscal Suplente).

SEMSA

Gestora: Clari Elisete de Melo Ramborger;
Fiscal Titular: Afonso Amarino Ferreira Guedes, matrícula 1691;
Fiscal suplente: Arieli Vieira Marques, matrícula 4831.

SEMED

Gestora: Nara Lucia Mendes Klasen;
Fiscal Titular: Adriana Vilanova Dal Santo, matrícula 2379;
Fiscal suplente: Tatiane Fin Fiess matrícula 2860.

SEMINFRA

Gestor: Luiz Carlos Karnikowski de Oliveira, matrícula 6058;
Fiscal Titular Claudia Lago Souza, matrícula 2600;
Fiscal Suplente Rodrigo Santos dos Santos, matrícula 4692.

SEMDSH:

Gestora: Nelvia Leticia Tavares, matrícula 4806;
Fiscal Titular Jussara Terezinha Silveira Pereira, matrícula 4332;
Fiscal Suplente Marcia Regina Noro Carvalho matrícula 3991.

SEMPLA:

Gestor: Révis Catiano Feijó Moura, matrícula 4337;
Fiscal Titular DAIANA CANABARRO HEINZMANN, matrícula 6011;
Fiscal Suplente CARINA CARAVAJÓ COMASSETTO BOSSLE, matrícula 2802.

AGM:

Gestor: Vinicius Correa Eckerleben, matrícula 6043;
Fiscal Titular Renato Moraes de Oliveira, matrícula 4286;
Fiscal Suplente: Sandra Fagundes Kuemerich matrícula 2374.

SEMFA:

Gestor: Pedro Roberto Heck, matrícula: 2706;
Fiscal Titular Jacson Fiorin Brandão, matrícula 3041;
Fiscal Suplente Lourenço da Silva, matrícula 2459.

SEMAS:

Usuário/Matrícula: MARIA ECIANA DA SILVA/4175 - Sistema de Compras - Abase Sistemas e Soluções LTDA



COMPRAS TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/05/2026

Hora: 13:57:39

Gestor: Marcelo Ferreira Gamarra, matrícula 6417;
Fiscal titular: Alvaro Afonso Dornelles Romero, matrícula 6423;
Fiscal suplente: Maria Denise Belchior portela, matrícula 6413.

SEMTC:

Gestor: Leandro da Silva Grings, matrícula 6056;
Fiscal Titular: Datiele Enise Puiatti matrícula 6345;
Fiscal Suplente: Patrícia Melo Terra, matrícula 6419.

SEMJEL:

Gestor: Cláudio Castilhos da Silva, Matrícula 6095;
Fiscal Titular Cristian da Silva Pinto matrícula 6415;
Fiscal suplente Alex dos Santos Brum matrícula 6445.

SEMA:

Gestor: Leonardo Antunes Pinto, matrícula 6053;
Fiscal Titular Vagner Rambo de Ávila matrícula 2717;
Fiscal Suplente Bruna Machado Nascimento Brandão, matrícula 6151.

GABINETE:

Gestor: Milton Nei Neves do Amaral, matrícula 6093;
Fiscal titular Elizeu Rodrigues dos Santos, matrícula 6478;
Fiscal Suplente Sara Daiuse Oliveira Veron, matrícula 6420.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-lo o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo contrato.

O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

O documento fiscal deverá ser acompanhado de cópia do comprovante de pagamento do ISSQN da respectiva nota emitida referente ao local da realização do serviço.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

A seleção do fornecedor/prestador de serviços dar-se-á por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento por menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI, dos arts. 82 a 86, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Federal nº 11.462/2023.

As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, devendo observar os valores estimados da contratação, constantes do Estudo Técnico Preliminar, os quais servem como parâmetro para análise de aceitabilidade e vantajosidade, nos termos da legislação vigente.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 961.306,90 (novecentos e sessenta e um mil, trezentos e seis reais e noventa centavos).

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

PESQUISAS DE PREÇOS REALIZADOS: LICITACON - TCE/RS; PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS; PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SISTEMA TAG.



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/05/2026

Hora: 13:57:39

Parâmetros utilizados para obtenção de preço: busca de descritivo semelhante ao objeto a ser contratado; contratações com data máxima de um ano da data da pesquisa; análise crítica de todos os orçamentos encontrados de forma a extrair aqueles com valores semelhantes entre 03 (três) - no mínimo de forma que a diferença entre o maior nunca supere 75%.

A metodologia utilizada para a obtenção do preço estimado foi a média dos valores praticados pelo mercado para serviços semelhantes, com base no Art. 6º, §1º do Decreto Municipal Nº 6.871/2022. Justifica-se tal metodologia por ajudar a identificar ofertas razoáveis e alinhadas ao mercado, contribuindo assim para um processo mais justo, equilibrado e eficiente, tanto para a Administração Pública quanto para os fornecedores.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

SEMAG:

12.01 20 122 0110 2011 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural
3390 39 00 00 00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ - 0500 (Acesso: 742);
3390 30 00 00 00 - Material de Consumo - 0500 (Acesso: 727).

SEMSA:

09.01 10 0122 0280 2,076 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde
00210 0500 1002 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros

SEMED:

08.01 12 0122 0220 2.053 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação
00958 0500 1001 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros

SEMINFRA:

11.01 04 0122 0110 2,010 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura
00601 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros
11.06 04 0451 0430 2,123 - Manutenção das Atividades da Divisão de Trânsito
00785 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros

SEMDSH:

CRAS 2103 0500.01 339039 ACESSO 954
CREAS 2106 0500.01 339039 ACESSO 986

GESTÃO 2100 050001 339039 ACESSO 899
BOLSA FAMÍLIA 2102 0500.01 339039 924

SEMPLA:

06.01 04 0121 0110 2,008 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, Inovação e Desenvolvimento
00180 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros

AJJ:

07.01 04 0122 0110 2,009 - Manutenção das Atividades da Advocacia-Geral do Município
00517 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros

SEMFA:

05.01 04 0123 0110 2,007 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Fazenda
00142 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros

SEMAS:

13.01 04 0122 0110 2,018 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade
00614 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros

SEMJEL:

15.01 04 0122 0260 2.072 - Manutenção das Atividades da Gestão da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Laser
00641 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros.

SEMADE:

04.01 04 0122 0110 2,006 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração
00123 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros.



COMPRAS
TERMO DE REFERÊNCIA

Impressão: 05/05/2026

Hora: 13:57:39

SEMTC:

14.01 04 0122 0110 2,012 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal do Turismo e Cultura
00565 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros.

GABINETE:

02.01 04 0122 0110 2,004 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito, Assessorias e Coordenadorias
00041 0500 3390 39 00 00 00 - Outros serviços de terceiros.